



ATA Nº 07/2022

Aos 3 dias do mês de maio de 2022, no grande auditório do Centro Multimeios de Espinho, reuniu-se, em sessão extraordinária, a Assembleia Municipal de Espinho presidida por José Emanuel Teixeira Carvalhinho e secretariada por Guilhermino Pedro de Sousa Pereira e por Isabel Maria Pinhal Resende, com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Aprovar o Modelo de Organização do Município de Espinho;
2. Deliberar sobre a candidatura do Município de Espinho às Cidades Educadoras.

A reunião iniciou-se às 21h30 dado que, à hora inicialmente designada, não se encontrava presente a maioria do número legal de membros desta Assembleia.

Foi verificada a presença dos membros António José Nunes Teixeira Lopes, Ana Paula Africano de Sousa e Silva, João Humberto Santos Cunha Bastos, José Adolfo Carvalho Rocha, Jorge Eduardo da Nave Pina, Rosa Martins Freitas Duarte, Maria Alexandra Flôr de Pinho da Silva Bastos, Abel Jorge Correia dos Santos, Nuno Antonio Almendra Monteiro Martins, Beatriz Manso Preto Loureiro, Hermínio José Figueiredo Martins da Cunha, Filipe Alexandre Perdigão Carvalho Pinto, Ana Cecília Alves de Campos Lopes de Rezende, João Paulo do Couto Matos e dos Presidentes da Junta da União de Freguesias de Anta e Guetim - Nuno Pinto de Almeida, da Junta de Freguesia de Espinho - Vasco José Carvalho Alves Ribeiro, da Junta de Freguesia Paramos - Manuel de Oliveira Dias e da Junta de Freguesia de Silvalde - José Carlos da Silva Teixeira.

Foi dada nota do pedido de substituição dos membros Joana Raquel da Silva Devezas por Manuel Augusto Gomes Novais, Álvaro Paulo Alves Leite por Graça Hermínia Conceição Dias Pereira, Teresa Manuel Dias Leite de Carvalho e Magalhães por Manuel Cardoso Pereira e António Manuel Pinto de Oliveira por Margarida Jorge Moreira Pires.

A Câmara Municipal fez-se representar pelo seu Presidente, Adelino Miguel Lino Moreira Reis. Estiveram também presentes o Sr. Vice-Presidente, Álvaro Ferreira da Cunha Monteiro e os Senhores Vereadores Maria Manuel Barbosa Cruz, Leonor Cristina da Costa Matos Lêdo da Fonseca, Maria de Lurdes Santos Ganicho, João Manuel Oliveira Passos e Hélder Manuel Freitas Leitão Rodrigues.

Verificado o quórum, o Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião, referindo que estava a ser transmitida em direto e iniciou os trabalhos com o primeiro ponto da ordem de trabalhos, fazendo notar que no documento apresentado existia um pequeno erro de escrita, conforme lhe foi indicado pela Chefe da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo da Câmara Municipal, sendo que o número de divisões que funcionavam não integradas em qualquer departamento eram quatro e não três, conforme constava na página 3 – ponto 1 do documento, sendo que, no organograma constante na última página do documento em questão, o número de divisões estava corretamente indicado.

De seguida, deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal que explicou que aquele novo modelo de organização dos serviços do município de Espinho era uma necessidade identificada já pelo anterior executivo municipal, dado que condicionava o normal funcionamento e a qualidade dos serviços, com consequências diretas na capacidade de cumprimento das responsabilidades. Que o modelo ainda em vigor foi uma imposição por parte da Troika, com condicionantes à administração pública, implicando concentração excessiva de competências em algumas unidades orgânicas, e levando, muitas vezes, à paralisação de alguns serviços, nomeadamente nalgumas áreas que considerava fulcrais e estratégicas, como o urbanismo e ainda um desequilíbrio de recursos humanos entre os serviços, falta de capacidade de operacionalização e agilização de procedimentos, inexistência de dinâmicas de organização, cooperação e diálogo interno e entre serviços interdependentes, dando como exemplo, os assuntos pendentes com mais de 1800 dias na ação social, 1500 dias nas obras municipais, 1200 dias no urbanismo, 800 nas águas e saneamento, 500 na fiscalização, 300 na educação, etc., para além, ainda, da questão da descentralização e delegação de competências nos municípios que os obrigava a serem mais eficazes. De seguida explicou que o organograma dividia-se em 4 grandes eixos, um focado nas áreas de promoção e externalização das atividades do município - a Divisão de Promoção e Eventos - com os serviços de protocolo, relações institucionais, comunicação, eventos e turismo, criada com o propósito de reforçar uma aposta no turismo, melhorar a imagem e a perceção do Espinho para aumentar a atratividade do nosso território e obter ganhos de eficiência interna na junção dos eventos do turismo e da comunicação. Disse que ao centro do organograma, viam-se os 2 pilares de funcionamento interno de toda a autarquia - o Departamento de Administração Geral e o Departamento de Planeamento e Desenvolvimento Local, cuja



criação prendia-se com a necessidade de garantir uma forte articulação e coordenação entre divisões e permitir reforçar as dinâmicas de planeamento a médio e longo prazo, particularmente na área económica e financeira e no domínio do urbanismo e do ordenamento do território intrinsecamente ligados. Que dentro do Departamento de Administração Geral, destacavam-se 3 unidades, a Divisão Jurídica e de Apoio à Administração, que iria procurar reforçar a capacidade de análise, acompanhamento e cumprimento dos normativos legais que tutelavam o funcionamento da autarquia e sustentar os processos na tomada de decisão, pretendendo-se autonomizar a Câmara, na medida do possível, de serviços externos; a Divisão de Edifícios e Recursos, responsável pela gestão e manutenção dos edifícios e equipamentos municipais, os quais necessitavam urgentemente de intervenções, de planos de manutenção e reabilitação e o Núcleo de Informática e Modernização Administrativa com o propósito de acelerar a transição digital, melhorar a qualidade e a facilidade de acesso aos serviços municipais e dotar a autarquia de ferramentas analíticas de apoio à tomada de decisão. Relativamente ao Departamento de Planeamento e Desenvolvimento Local, destacou a temática do ambiente, com a integração das questões da sustentabilidade, promoção ambiental no enquadramento do planeamento urbano, a questão da mobilidade e a atribuição de uma nova dinâmica operacional ao Núcleo de Infraestruturas e Mobilidade e ao Núcleo de Serviços Urbanos, com o objetivo claro de agilizar o funcionamento e reforçar a capacidade dos serviços de intervenção no território, levando à materialização das decisões em tempo útil no território. Que na Divisão de Saúde e Intervenção na Sociedade apostava-se na saúde como uma área de maior relevância, com maior importância no âmbito do processo de descentralização, a transformação da ação social em intervenção na sociedade, numa lógica pró-ativa na erradicação dos problemas sociais e particularmente da pobreza. Que na Divisão de Desporto foi acrescentada a área da Juventude, querendo-se que fosse mais dinâmica, mais participada e mais focada naqueles que eram os agentes locais do território. Que foram agregadas duas áreas fundamentais, criando-se a Divisão de Educação e Cultura, assente no desígnio de construir uma cidade educadora, um forte incentivo à produção cultural, sendo que eram duas áreas que se podiam enriquecer e beneficiar mutuamente. Que o Núcleo de Património e Equipamentos Culturais, numa gestão muito mais focada no património material e imaterial e nos equipamentos culturais onde se incluía o Centro Multimeios e o planetário. Acrescentou que, com aquela remodelação, tinham como objetivo aproximar os serviços aos cidadãos, terem um município mais desburocratizado,

racionalizar os meios e serem mais eficientes na afetação dos recursos públicos e, naturalmente, atingirem uma melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços a todos os cidadãos.

Presidente AME disse que, apesar do não estar previsto regimentalmente, mas dada a importância do tema, deu 2 minutos para perguntas.

Ana Rezende (CDU) perguntou a razão do balneário Marinho, sendo que a saúde era uma questão relevante e uma aposta do executivo, estar integrado na Divisão de Promoção e Eventos e não na Divisão da Saúde e Intervenção na Sociedade, dado que era frequentado para tratamentos, nomeadamente da parte esquelética, sendo que faziam falta alguns técnicos na área da reabilitação física e esquelética e também um médico. Disse que o novo modelo trazia uma duplicação dos serviços na área do património, existente na área da educação e no departamento autónomo. Perguntou ainda como estavam a pensar acautelar a questão dos operacionais, dado que muitos já estavam a caminho da reforma, o que iria causar um problema de recursos humanos, dado que o grosso laboral da Câmara eram operacionais.

Presidente CME respondeu que, com o novo modelo, pretendiam criar interdisciplinaridade, multidisciplinaridade e cortarem a lógica de isolamento, de não trabalharem em grupos alinhados num único propósito. Que o Balneário Marinho tinha uma importância estratégica para o município e que nos últimos anos houve um enorme desinvestimento precisando-se de uma nova estratégia já integrada no plano municipal de saúde. Relativamente a questão da idade dos recursos humanos, disse que era um problema que teriam de resolver, mas que não tinha a ver com o modelo de organização dos serviços, sendo que era reflexo do concelho onde existiam 237 idosos para cada 100 jovens. Disse que não existia duplicação dos serviços, sendo que a criação de um núcleo específico para gerir o património e os equipamentos culturais teria responsabilidade nos serviços de Museologia, que incluía a gestão do Museu Municipal, o Castro de Ovil, serviço de património cultural e histórico, que incluía o arquivo histórico, serviços de gestão do Fórum de Arte e Cultura de Espinho, serviços da gestão da biblioteca municipal e os serviços de gestão do Centro Multimeios e do Planetário. Passou de seguida a palavra ao Vice-Presidente CME que referiu que Espinho tinha uma população envelhecida com padecimentos musculoesqueléticos, sendo que as infraestruturas existentes no Concelho tinham potencialidades na área da recuperação. Que, para a recuperação de doentes agudos, existia o Centro de



Reabilitação do Norte e, para a população com alguns padecimentos crónicos, o Balneário Marinho era um equipamento importante para disponibilizar a população, mas, que nos últimos 10 anos, teve uma progressiva degradação e que, tendo sido só alocado à área da saúde, não teve capacidade para servir os fins. Que num município sem meios para fazer tudo, alavancar aquele equipamento para a saúde era importante, mas também era importante alavancá-lo para áreas consignadas a turismo de saúde, de forma a ser utilizado por uma população que ajudasse na sua recuperação e o tornasse sustentável e, por isso, aparecia noutras áreas, sendo que a reorganização dos serviços visava permitir que os serviços da Câmara funcionassem de forma flexível e transversal para resolução de problemas de forma sinérgica e conjunta. Que atualmente o equipamento estava a funcionar apenas a 40% da sua potencialidade, e era importante pô-lo a funcionar a 100%.

Intervenções

João Matos (BE) disse que, para o Senhor Presidente da Câmara Municipal, para o Partido Socialista, à semelhança, aliás, do PSD, vingava uma ontologia dos negócios que concluía que tudo, incluindo a coisa pública, devia ser gerido como se fosse um negócio, uma empresa, portanto, a retórica aparentemente despida de ideologias, não era mais do que um ramalhete de banalidades motivacionais. Que, na semana passada, ficaram a conhecer, no prelúdio das contas municipais, que o município de Espinho tinha como preocupação: *"proporcionar um serviço público de elevada qualidade e orientado para o cliente"*. Relembrou que o município não era uma empresa e o povo não era cliente. Sobre o anterior executivo não desejar o modelo que vigorava, referiu que, porém, o PSD, em reunião do executivo votou contra a atual proposta e referiram na sua declaração de voto, que *aquela modificação orgânica indiciava uma clara intenção de favorecimento de alguns colaboradores em detrimento de outros, relevando para segundo plano a importância da competência; que a criação de 2 grandes departamentos eram claro exemplo da preponderância da lealdade e dando menor importância a competência e destacava a acomodação dos interesses remuneratórios de um novo elemento recrutado na Câmara de Santa Maria da Feira, logo no início do mandato, quando estava disponível uma técnica superior em regime de licença sem vencimento*. Disse que se exigia uma explicação ao PSD e também ao executivo e perguntou a razão daquela contratação, se houve concurso, se houve avaliação de competências dos 2 candidatos e porque estava uma técnica

superior em regime de licença sem vencimento. Que o Senhor Presidente falou na paralisação de alguns serviços, nomeadamente das águas e do urbanismo, na ação social e abordou ainda o processo de descentralização em curso, o organograma e que o assaltara desde logo a externalização de serviços, e perguntou se significaria o recurso ao privado para cumprir serviços públicos.

Presidente CME interrompeu para esclarecer que tinha dito precisamente o contrário, sendo que um dos objetivos era não terem de recorrer à externalização dos serviços,

João Matos perguntou se se referia aos serviços de imagem, turismo e comunicação

Presidente CME disse que não só nesses como em todos.

João Matos prosseguiu e acrescentou que, às necessidades das pessoas respondia-se com escolhas políticas e o PS apresentava como premissas daquele documento, a unidade e eficácia da ação dos serviços municipais, a aproximação dos mesmos aos cidadãos, a desburocratização, a racionalização dos meios, a eficiência na afetação de recursos públicos, a melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado pelo município e a garantia de participação dos cidadãos, mas que, para o Bloco de Esquerda, a aproximação dos serviços municipais ao cidadão não se fazia com um organograma, mas criando condições efetivas no acesso ao fundo de emergência social para quem não conseguia que o pouco que ganhava chegasse ao fim do mês, para quem já tirou a proteína e os legumes frescos do seu cabaz de compras. Que, para eles, desburocratizar era o município de Espinho concretizar a atribuição automática da tarifa social da água, sem necessidade de pedido ou requerimento, permitindo ampliar substancialmente o universo de beneficiários dos atuais 208 utilizadores para 2300 famílias. Que racionalizar os meios e eficiência na afetação dos recursos públicos era pôr freio a constante drenagem de dinheiros públicos para cobrir derrapagens orçamentais de grandes obras, da megalomania do estádio de futebol, dos elefantes brancos, dos RECAFE, em eterna requalificação. Que melhoria quantitativa e qualitativa do serviço prestado pelo município era, para o Bloco de Esquerda, valorizar e motivar os trabalhadores do município e dar provimento ao subsídio de risco dos trabalhadores municipais. Concluiu dizendo que aquelas alterações tornavam o município permeável ao favorecimento de algumas lealdades e, portanto, votaria contra.



Jorge Pina (PS) protestou dizendo que na sua intervenção, o vogal João Matos transmitiu que fregueses era para o público e que clientes era para o privado, mas não era assim, uma vez que todos eram fregueses e clientes, fregueses quando pertencemos a uma freguesia e clientes quando pagavam algum serviço à Câmara

João Matos (BE) contraproteitou dizendo que o protesto do vogal Jorge Pina era sobre questões semânticas. Que eram os documentos do executivo que o vogal Pina defendia que referiam que o município tinha como preocupação proporcionar um serviço de elevada qualidade e orientado para o cliente e fez notar que cidadãos não eram clientes.

Ana Rezende (CDU) disse que, após as explicações dadas sobre o Balneário Marinho, as suas suspeitas confirmaram-se, ou seja, aquilo que deveria ser um serviço público, como a saúde, estava a ser alocada ao turismo, e ao ser financiada pelo turismo, tinha muito receio que, em vez de continuarem a lutar por aquele serviço público, o balneário virasse um qualquer serviço de turismo de saúde entregue a privados para explorarem, perdendo a sua verdadeira essência e vocação e o que iria significar para os seus utentes, uma vez que o turismo de saúde era virado para quem podia pagar.

Vice-Presidente CME disse que a única coisa que podia fazer, naquele momento para responder às dúvidas da Sra. Vogal era o seu testemunho pessoal de profissional com 42 anos de carreira a trabalhar exclusivamente no Serviço Nacional de Saúde.

Teixeira Lopes (PS) disse que o documento em análise era extraordinariamente importante, sendo que o seu sucesso era o sucesso do Partido Socialista, mas sobretudo o sucesso de Espinho. Ficava registado o conceito repisado da conceção burguesa da exploração da talassoterapia, de um esquema falacioso aos objetivos consignados no documento. Que o documento visava o melhoramento das ineficiências encontradas, sendo que, como todos sabiam, iriam prestar contas e que era através do voto popular que o documento seria julgado porque do seu exercício, necessariamente acompanhado do orçamento, constituíam instrumentos de governação extraordinariamente importantes. Acrescentou que muito do consignado no documento seria com certeza revisto, sendo talvez necessário fazer correções. Que existiam 2 princípios fundamentais, a horizontalidade e a verticalidade, o primeiro para governar bem o maior número de pessoas, sobretudo se forem capazes, se forem competentes, e o segundo para a responsabilidade. Que, quem propunha uma

política, necessitava que fosse aferida e tinha também de aferir aqueles a quem remeteu responsabilidade de a executar no terreno. Que existia também a componente política, com a apresentação, sob ponto de vista ideológico, do que fez o PS ganhar as eleições, tendo-se prometido aos espinhenses corrigir aquilo que funcionava mal.

Alexandra Bastos (PSD) referiu que os vogais do PSD não estavam ali propriamente em momento para criticar, e davam o benefício da dúvida ao documento apresentado, não estavam ali para dizer que era um modelo melhor ou pior do que o deles, até porque o seu contexto era completamente diferente, tendo o PSD herdado uma Câmara em 2009, e o PS em 2021, com contexto de política nacional completamente diferente. Que tinham herdado uma troika e atualmente herdariam um plano de resiliência. Fez notar que gestão autárquica de recursos humanos, não era propriamente gestão de empresas, porque todos sabiam que gerir empresas era flexibilizar recursos humanos canalizando-os para a eficiência e para o lucro. Que o executivo PSD viu-se de mãos atadas para poder gerir os seus recursos humanos e que o PS tinha um caminho mais aberto, tinha trabalhadores em idade de reforma, existindo muitos bons técnicos jovens com o canudo na mão. Referiu ainda que gostaria que o PS encarrasse, dali para a frente, com normalidade, os processos porque como já tinha dito o Presidente do anterior executivo, a manta era curta, sendo que tiveram de fazer opções e estavam cansados da política do que vinha a seguir dizer mal do herdado. Acrescentou que tinha todo o orgulho no trabalho que o seu Presidente fez em 12 anos, em que os espinhenses lhe deram sempre o seu voto e que ele esteve ao serviço dos munícipes e dos clientes, nunca deixando de dar respostas aos requerimentos entrados na Câmara.

João Matos (BE) referiu que seria bom que houvesse uma intervenção política por parte do Presidente do executivo às questões já levantadas pelos vogais da Assembleia Municipal. Relativamente à intervenção do vogal Teixeira Lopes disse que a democracia não se cumpria única e exclusivamente no ato eleitoral, mas também ali na Assembleia Municipal e no exercício daquilo que o mandato lhes conferia. Que as críticas levantadas eram de quem tinha o dever de escrutinar o exercício do mandato do executivo e que o vogal Teixeira Lopes não tinha um olhar crítico, mas contemplativo. Quanto à intervenção da vogal Alexandra Bastos em que referiu que “o seu Presidente estava sempre ao serviço dos munícipes e dos clientes”, disse que as 4 forças políticas diferentes que compunham aquela Assembleia Municipal e também o



executivo estavam ao serviço dos munícipes, pelo que era o mesmo que dizer coisa nenhuma. Que esperava que o PSD, no exercício daquele mandato, não estivesse sempre ali para dar o benefício da dúvida ao PS e acrescentou que, quando o PSD ganhou as eleições autárquicas, em 2009, não herdou a Troika porque a Troika chegou a Portugal e dilacerou os serviços públicos a mando do PSD. Disse que gostava de perceber a razão de nunca haver uma consonância da bancada PSD na assembleia com a posição dos vereadores do PSD na Câmara

Teixeira Lopes (PS) protestou referindo que o seu lugar era e foi sempre do lado da democracia, dos explorados, da liberdade. Referiu que muitas pessoas, mesmo quando pensavam que estavam a ser verdadeiramente revolucionários, não deixavam de ser mais um pregador inconsequente que não resolvia coisa nenhuma.

Alexandra Bastos (PSD) protestou referindo que, no PSD tinham liberdade de expressão, não tinham propriamente intriga política, viviam e conviviam com as opiniões uns dos outros, e que quanto às suas banalidades, disse que as considerações técnicas do Sr. Vogal João Matos foram de máximo nível.

João Matos (BE) contraprotestou referindo que não andou a vasculhar os baús da memória para descobrir o passado do vogal Teixeira Lopes, sendo que o seu passado naquela cidade era sobejamente conhecido, mas personificava politicamente falando a coisa dinâmica e metamorfoseante. Relativamente à vogal Alexandra Bastos tinha uma capacidade de trazer tamanha falta de densidade política ao debate que urgia ao seu contraprotesto e que, embora não conseguisse compreender o seu protesto, tinha trazido um conceito interessantíssimo da liberdade de expressão, não percebendo quem pretendeu atingir, mas que não a iria acomodar.

Abel Santos (PSD) disse que se entendia o momento e a oportunidade daquele documento que era relativamente simples de apreciar. Quando se falava em benefício da dúvida era algo muito mais abrangente e que tinham de perceber que aquele executivo estava legitimado pelos espinhenses, e como tal seria até incompreensível que não pudessem tomar decisões, não pudessem organizar os serviços da forma como entendiam. Que o propósito de uma oposição responsável não era matar as ações e que também parecia-lhe não ser do interesse dos espinhenses saber a orientação de voto dos vereadores, saber as razões pelas quais podia haver alguma dissonância. Que sobre o organograma podia-se discutir se tinha as competências

debaixo dos superdepartamentos, se era mais ou menos horizontal ou mais ou menos vertical, mas que era o organograma que o executivo entendia que iria melhorar os serviços e que se tivesse o resultado pretendido, naturalmente, quem saia a ganhar eram os espinhenses, sendo necessário algum tempo para, depois, poderem apreciar o resultado.

Ana Rezende (CDU) referiu que não entendia muito bem a razão dos vereadores na Câmara Municipal de Espinho, eleitos na mesma lista que os vogais do PSD, terem posições tão díspares relativamente à vida do município e dos Espinhenses e que a liberdade de expressão ali referida era um fogo de vista, não só a propósito daquele assunto, porque tinham vindo a verificar que os vereadores do PSD na Câmara faziam o seu trabalho, votavam contra, apresentavam declarações de voto e que, na Assembleia Municipal, encontravam um muro intransponível. Relativamente ao documento, disse que o executivo foi eleito pelo voto popular que lhe deu a maioria, mas nem por isso estava a salvo do escrutínio popular à sua ação e à apresentação dos documentos, não só no dia das eleições, mas durante todo o mandato, sendo que isso era democracia e por alguma razão, era uma democracia plural e por isso estavam ali 4 forças políticas que pensavam de maneiras diferentes e todos tinham um papel fiscalizador que só se conseguia perguntando e procurando informação, esclarecimentos. Que nenhum documento ali apresentado podia ser encarado como um dogma de fé ou como um benefício da dúvida, uma vez que benefícios da dúvida não eram um método de reger a polis, de tratar das finanças que eram de todos, devendo ser tratadas com parcimónia, mas deviam ser tratadas com responsabilidade. Acrescentou que a CDU iria votar contra o documento.

Abel Santos (PSD) fez um protesto referindo que se o PSD tinha de prestar alguns esclarecimentos era aos espinhenses, não era seguramente à vogal da CDU, portanto, nesse sentido não teria nenhum tipo de esclarecimento em relação àquelas dúvidas e para alimentar aquele tipo de especulação. Que os vogais foram eleitos para a Assembleia Municipal, não eram porta-voz, em momento algum, da posição dos vereadores, e que a sua posição naquela Assembleia era bastante clara, não valia a pena estar a criar incidentes, cenários onde não existiam.

Ana Rezende (CDU) contraproteitou referindo que não lhe deviam explicações nenhuma, sendo que era timbre da responsabilização política permanente, que o PSD, dos anos que esteve no Governo habituou o país, mas devia-as ao povo



português e que, de facto, existia uma opacidade. Disse que o dogma de fé a que se referiu era a questão do documento e que não subscrevia nada na vida, com base em dogmas de fé, gostava das coisas explicadas.

João Matos (BE) protestou dizendo que os vogais Alexandra Flor Bastos e Abel Santos trouxeram-lhes a conceptualização da liberdade de expressão, mas, como estavam a ver, lidavam muito mal com a liberdade da pergunta e com a liberdade da resposta, porque não a tinham. Que estavam sempre a referir a oposição responsável, como se tudo o resto, fosse um bando de ganapos que não tinham responsabilidade no seu escrutínio, no desempenho das suas funções. Disse que tinham uma oposição responsável de 2 faces, porque tinham a oposição responsável do benefício da dúvida, que nunca era trazida àquela Assembleia, nem nunca era esclarecida quando com ela confrontados e tinham a outra face, que era a dos vereadores do PSD que apresentavam críticas aos documentos. Que seria importante haver consonância, porque isso não era liberdade de expressão era política e que, na política, debatia-se, discutia-se e esclarecia-se as pessoas, sendo que os vogais do PSD não estavam a conseguir fazer nada disso.

Abel Santos (PSD) contraprotestou, referindo que não utilizou o termo ganapos, tendo apenas referido que a bancada do PSD tinha intenção de fazer uma oposição construtiva. Disse que lamentava desiludi-los, mas o PSD não tinha de prestar nenhum tipo de explicação aos vogais. Que tinham vindo a provocar aquele tipo de questões entre os vogais e os vereadores, que não existiam.

Presidente AME disse que não restassem dúvidas de que competia exclusivamente à Assembleia Municipal aprovar, sob proposta da Câmara, o modelo organizacional dos serviços municipais. Recordou tratar-se do modelo de estrutura orgânica hierarquizada, com a criação de 2 unidades orgânicas nucleares, o Departamento de Administração Geral e o Departamento de Planeamento e Desenvolvimento Local, um número máximo de 15 unidades orgânicas flexíveis, sendo 10 correspondentes a cargo de direção intermédia de segundo grau, divisões municipais, e 5 unidades orgânicas correspondentes a cargo de direção intermédia de terceiro grau e ainda núcleos e que estavam também a definir as competências, áreas, requisitos de recrutamento, períodos de experiência profissional e remuneração dos cargos de direção intermédia de terceiro grau e em particular estavam a definir o tipo de recrutamento, por procedimento concursal, de entre trabalhadores em funções

públicas contratados por tempo indeterminado, licenciados, dotados de competência técnica e aptidão para o exercício de funções de direção, coordenação e controlo em que reúnam 3 anos de experiência profissional em funções, cargos, carreiras ou categorias para cujo exercício ou provimento seja exigível uma licenciatura e ainda fixar a remuneração correspondente à sexta posição remuneratória da carreira geral de técnico superior e a definir também o número máximo total de subunidades orgânicas que podiam ser criadas por despacho do senhor Presidente da Câmara quando estivessem em causa, predominantemente, funções de natureza executiva, ou seja 12 subunidades orgânicas. Que também estavam a decidir a atribuição de despesas de representação aos titulares de cargos de direção intermédia de primeiro e segundo grau e finalmente a data de entrada em vigor daquele novo modelo de organização, incluindo, naturalmente o seu Regimento e o seu organigrama.

Votação: aprovado com 14 votos a favor, 2 votos contra e 9 abstenções

Ponto 2. Deliberar sobre a candidatura do Município de Espinho às Cidades Educadoras.

Tomou a palavra a Vereadora Maria Manuel Cruz que explicou que a educação era um vetor essencial no desenvolvimento e no progresso e era muito mais profunda do que o ensino, estava presente no dia a dia e pretendiam tornar Espinho num concelho educador, ou seja, estar presente em todos os atos. Disse que era uma associação sem fins lucrativos de partilha de programas educativos de que vários municípios, como São João da Madeira, Santa Maria da Feira, Porto, Oliveira de Azeméis e outros já faziam parte. Que o município tinha feito um investimento muito grande na educação e nos edifícios e, com a delegação de competências já assumidas e com as novas oportunidades do plano de recuperação e Resiliência, candidataram-se a uma série de projetos também inovadores, abrangentes, integradores e, portanto, queriam constituir um município solidário e inclusivo. Que o projeto educativo municipal já estava em marcha e existiam outros projetos que considerava completamente inovadores, a que deu continuidade, e que aquela candidatura tinha como principal objetivo trocas de experiências, educação inclusiva ao longo da vida, uma política educativa ampla e abrangente, diversidade e não discriminação, acesso à cultura e diálogo intergeracional.



João Matos (BE) referiu que aquela candidatura poderia, com certeza, trazer vantagens ao município. Que era dotada de um conjunto de proclamações e acreditava que era necessário dotarem as políticas educativas do município de substância. Que viviam um tempo adverso e que as escolas tinham de regressar à normalidade e que normalidade, não era ausência de adversidades, era boa política educativa, era preparação, investimento e professores em todas as disciplinas. Que o PS no passado e o PSD num passado que durou até ontem, gostavam de siglas, da *"mise em scène"* e, seguramente, regozijar-se-ia pelo facto de serem uma cidade educadora, em colóquios, congressos, seminários, intervenções públicas, mas acrescentou que o PSD deixara-os sem qualquer plano estratégico e sem quaisquer ações concretas para defender princípios fundamentais. Que, durante aqueles 12 anos de Pinto Moreira, foi flor na lapela e carregar pela boca. Disse que a educação era o único meio para transcender a pobreza de condição e perguntou se, naqueles anos, conseguiam encontrar algum plano de ações, de educação cultural, ambiental, transgeracional, ações de educação para a cidadania e participação e como tinha o município, com a herança de Pinto Moreira, desenvolvido os conceitos de solidariedade e justiça social na Comunidade. Que uma verdadeira cidade educadora emancipava os seus habitantes em condições de plena igualdade, onde cada um respeitava e era respeitado. Que a Carta das Cidades Educadoras referia que a cidade educadora deveria fomentar a participação cidadã com uma perspetiva crítica e responsável, mas que, durante aqueles 12 anos e antes com José Mota, não viram algum fomento da participação em Espinho, antes pelo contrário, viram uma gestão desligada das populações em que a população só contava para posar para a fotografia. Que aquela Carta referia também que se devia promover o equilíbrio e a harmonia entre a identidade e diversidade e que, de facto, todos os que ali viviam, deviam ser reconhecidos a partir da sua identidade cultural, diversidade era ganho, e não podia ser motor de exclusão e de marginalização. Que deviam estar conscientes dos fenómenos de marginalização que o PSD negligenciou e desenvolver políticas de ação em particular nas minorias e nos recém-chegados, todos tinham o direito de sentir que Espinho lhes pertencia, mas infelizmente, sabiam que naqueles anos não foi assim. Dizia ainda a Carta que as diferentes ações de planeamento deviam ter como principal objetivo a supressão de obstáculos, incluindo as barreiras físicas e sociais que impediam o exercício da cidadania ativa. Acreditava que, sobre aquele princípio, não havia muito a dizer, tudo estava por fazer numa cidade inimiga de todos aqueles que tinham algum tipo de deficiência ou limitação, e que queriam, por isso, um

Concelho pensado a partir dos princípios do desenho universal. Dizia ainda a Carta que uma atuação adequada, implicava ter informação precisa sobre a situação e necessidades dos seus habitantes, perguntando que tal o município desenvolver com parceiros um diagnóstico social sério da cidade. Dizia ainda que se promovessem ativamente iniciativas de educação para a saúde, e perguntou ao executivo se o município estava preocupado com as questões da educação para a saúde ou delegava completamente nas escolas e nos centros de saúde aquelas questões. Que a carta dizia ainda, noutro ponto, que a cidade deverá oferecer aos seus habitantes a possibilidade de ocuparem um lugar na sociedade, dar-lhes conselhos necessários à sua orientação pessoal, social e profissional, perguntando ao executivo como tinha o município gerido os serviços sociais, sabendo que havia técnicos de intervenção social, da Câmara Municipal de Espinho a fazer as mais variadas tarefas e impossibilitados de intervir junto da população. Referia ainda a carta que uma cidade educadora deverá encorajar o diálogo entre gerações, eram necessárias iniciativas de aprendizagem Intergeracional, referindo que a Câmara municipal tinha a capacidade técnica para desenvolver aqueles projetos e sem custos se houvesse vontade política, que faltou naqueles anos. A carta referia ainda que o município deverá garantir uma informação suficiente e compreensível e encorajar os seus cidadãos a informarem-se e, como viram na anterior discussão acerca das questões de transparência e acesso à informação, poderia ali dizer muito, mas considerava que foram demasiados anos a sentir falta de informação clara, acessível e transparente. Acrescentou que havia um problema que se colocava no financiamento dos projetos, desde a génese a divulgação, porque, havendo reuniões e encontros de trabalho presenciais no estrangeiro, reuniões de coordenação e troca de ideias em cada país, perguntou como seriam pagos os custos daquelas deslocações. Que Espinho assinará a Carta das Cidades Educadoras e dela devia advir a defesa de um conjunto de princípios, mas a verdade era que, nem a gestão do PSD, nem a gestão do PS de José Mota, souberam tornar Espinho uma cidade verdadeiramente educadora. Finalizou dizendo que o Bloco de Esquerda não se oporia a candidatura, mas que gostava de ouvir alguns esclarecimentos.

Vereadora Maria Manuel Cruz disse que, relativamente à encontros fora do país, não constituía um problema porque estavam numa era digital, e podiam fazer aqueles encontros online.



Teixeira Lopes (PS) referiu que o projeto em discussão honrava a história da educação em Espinho, por motivo de, já em 1905, terem apenas 70% de analfabetos, tendo naquela data, sido inaugurada a escola da Feira, com uma perspetiva, inovadora para a época, sendo uma escola feminina e masculina, com residência para os professores no primeiro andar. Que, mais tarde, as 18 escolas preparatórias que existiam no Concelho, tiveram um papel importante na luta contra o analfabetismo, na luta contra a segregação contra a mulher, sob o ponto de vista da educação feminina, que começou apenas no ensino secundário com a escola comercial e industrial de Espinho. Que o ciclo preparatório teve um papel importante também, para a época, no sentido de ter mais de 100 professores e mais de 2000 alunos periodicamente e que o ensino privado também era importante como supletivo na falta de estabelecimentos oficiais ou públicos, para que os jovens Espinhenses pudessem estudar sem ter necessidade de se deslocar para o Porto. Que, ao recordar, demonstrava-se que, de facto, o Concelho de Espinho teve sempre uma grande importância sob o ponto de vista da educação, e já depois do 25 de Abril, foi inaugurada a atual escola secundária Manuel Laranjeira, passando a existir duas escolas secundárias, o que não era coisa pequena, tendo em conta as dimensões do Concelho de Espinho, comparado, por exemplo, com a Vila da Feira, que tinha muito menos escolas. Que era aquele espírito que presidia na mente quando apoiavam a adesão à Carta Educativa, estando na senda daquela visão histórica progressista que Espinho teve sempre em relação à educação, podendo salientar-se também, a importância do ensino da música na Academia de Música, demonstrando uma cidade, um concelho com espírito liberal, consagrado, nos textos essenciais onde estava alicerçada, ou seja, no que estavam a discutir e ao serem aprovados, necessariamente honrava o Concelho.

Alexandre Bastos (PSD) disse que, enquanto espinhenses, honrava-os aquela evolução para a educação no Concelho nas últimas décadas, e não só nas escolas, mas também a educação para a cidadania e que aquela Carta trazia-lhes a educação transversal, independentemente das idades, sendo uma bandeira, era o início, e, posteriormente, viriam os respetivos programas para executar. Fez notar que o vogal João Matos conhecia pouco o município e prova disso foi a sua última intervenção, sendo que poderia acompanhá-la à rede social de Espinho para ver efetivamente como o município prestava serviços na área da ação social. Deu como exemplo a Associação de Desenvolvimento do Concelho de Espinho, criada no tempo de José Mota e continuado no mandato de Pinto Moreira, que prestava serviços à comunidade. Deu os

parabéns à Câmara pela proposta de adesão à Carta e referiu que era muito importante fazerem educação, mas também que a educação fosse recebida com responsabilidade pelos cidadãos, porque nas últimas décadas, enquanto políticos davam e não recebiam, porque não havia direitos sem responsabilidade e direitos sem deveres.

Jorge Pina (PS) disse que as Câmaras anteriores tinham feito muitos eventos e que o vogal do BE não morava em Espinho e lembrou o evento, Laço Azul, que foi pela primeira vez realizado no Norte do país com a colaboração da CPCJ, em que foi convidado para fazer um concerto para as crianças do primeiro ciclo em todas as escolas, assinalando-se a violência contra as crianças, evento que se repetiu diversos anos. Disse que também, no município havia entrada gratuita nas piscinas, nalguns ginásios, para os deficientes com incapacidade superior a 60% e que também o trabalho das associações de pais era muito importante. Que era importante apresentar soluções, e não só criticar, já que o BE, no último mandato, não apresentou nenhuma.

Ana Resende (CDU) disse que a carta não se restringia ao conceito de educação no sentido de ensino das escolas, mas que era um programa que tinha vários domínios na vida em sociedade, pretendendo-se fazer o desenvolvimento saudável, desde o nascimento até ao final da vida do ser humano, nos vários domínios e vertentes. Perguntou, porque sabia que também se abria portas a programas de financiamento, se o município já tinha alguma perspetiva das áreas em que podia obter apoios e financiamento.

Vereadora Maria Manuel Cruz esclareceu que podiam pedir financiamentos para implementar alguns projetos e, que, naquele momento, ainda não tinham, mas estariam muito atentos sobre as possibilidades.

João Matos (BE) disse que o vogal Jorge Pina preocupava-se, e já pela segunda vez, em desqualificá-lo por não residir no Concelho e também com o anterior mandato do Bloco de Esquerda, mas que quem respondia ali pelo Bloco de Esquerda era ele e se tinha argumentos para invalidar os dele, que os apresentasse, mas o que ouviram foi uma defesa cega do indefensável, uma defesa dos anos do executivo de Pinto Moreira. Relativamente à intervenção da vogal Alexandra Bastos, e para além do alucinante discurso de que os políticos não eram retribuídos pelas suas funções, o que considerava um insulto para as populações, disse que a vogal Alexandra tinha de ir



mais longe e sair dos salões de chá da Rua 19 e ir aos bairros municipais para perceber a herança do PSD e para perceber que a educação não se fazia com a barriga vazia, nem com casas indignas.

Jorge Pina (PS) protestou dizendo que era a primeira vez que falava do mandato anterior do BE e que o vogal João Matos passava a vida a falar mal de tudo. Disse que não era ele que lhe viria dar lições e que fez parte dos arquivos que lhe apeteceu porque foi convidado e porque gostava de defender a cidade, tendo participado em muitas coisas.

João Matos (BE) contraproteitou dizendo que o vogal Jorge Pina fazia, somente, ataques pessoais, tendo referido, naquela Assembleia Municipal, já por 2 vezes, que ele não vivia em Espinho e o facto do Bloco de Esquerda, no anterior mandato, ter feito ou deixado de fazer,

Alexandra Bastos (PSD) fez um pedido de defesa da honra, referindo que o vogal do BE tinha de ter um bocadinho mais de atenção às palavras que dirigia às pessoas, porque não as conhecia pessoalmente, não sabia as ruas que ela frequentava, nem os cafés, pedindo que não fizesse aquele tipo de considerações, porque estavam fora do debate político, entrando no foro pessoal.

Votação: aprovada por unanimidade

As deliberações tomadas na presente reunião foram aprovadas em minuta, por unanimidade, ao abrigo do nº 3 do artigo 57.º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, após a sua leitura pelo Presidente da Mesa da Assembleia.

Não havendo intervenções por parte do público presente, a reunião foi dada por encerrada.

Para constar e devidos efeitos, nos termos do disposto nos n.ºs 1, 2 e 3 do artigo 61.º do Regimento, lavrou-se a presente ata, que tem como suporte gravação digital de tudo quanto ocorreu na respetiva reunião, e vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia e por mim, Isaura Maria Gomes Pinto da Rocha Gonçalves, funcionária municipal da Divisão de Gestão Administrativa, Financeira e Turismo, designada para o efeito, que a elaborei nos termos legais.

O Presidente da Assembleia Municipal

A Funcionária Municipal,
